Autarquias**IDR - PARANÁ**

Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater

PORTARIA Nº 135/2025 – IDR-Paraná

O Diretor Presidente do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IAPAR-EMATER, no uso das atribuições, bem como o que lhe confere o art. 16º, inciso VII, do anexo que trata o Decreto Estadual nº 9.177, de 26 de outubro de 2021 e ao previsto nos Contratos de Prestação de Serviço Contínuo nº 020/2025 – GMS 337/2025 e nº 034/2025 – GMS 487/2025, firmado com a empresa BSL SERVIÇOS LTDA – CNPJ 07.293.726/0001-09,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o Inciso V. do Art.1º da Portaria nº 078/2025, publicada no DIOE em sua Edição nº 11851, de 22/fevereiro/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“V. EMERSON GERSTEMBERGER, portador da CI/RG nº 8.XX0.408-X – SSP/PR e CPF nº 051.XXX.739-X7 para responder como Fiscal da Unidade Regional de Paranaguá – IDR-Paraná”.

Registre-se e Publique-se.
Curitiba/PR, em 28/04/2025.
Natalino Avance de Souza
Diretor Presidente

47951/2025

AGEPAR**PORTARIA Nº 14/2025-AGEPAR- CRH**

Altera a Portaria AGEPAR n.º 38/2024, que designa servidores para atuar na Diretoria

49976/2025

Administrativa Financeira - DAF/AGEPAR.

O Diretor-Presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 29, § 2º da Lei Complementar Estadual n.º 222, de 05 de maio de 2020, e o art. 24, incs. II e III do Anexo ao Decreto Estadual n.º 6265, de 24 de novembro de 2020 (Regulamento da Agepar),

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o inciso III do Art. 1º da Portaria AGEPAR n.º 38/2023, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

III – Luísa Batista de Souza, RG n.º 7.866.377-4/PR, Especialista em Regulação, como Chefe, da Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH/DAF, em exercício.

Art. 2º Alterar o Art. 4º da Portaria AGEPAR n.º 38/2023, para que passe a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Designar, para atuar na Coordenadoria de Recursos Humanos - CRH/DAF, os seguintes servidores:

I – Haryane Aparecida Magno, RG n.º 12.941.832-0/PR;

II – Rosana Vaselechen, RG n.º 5.483.336-9/PR; e

III - Caroline Gavazzoni, RG n.º 6.122.270-7/PR.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Curitiba, 28 de abril de 2024

(assinado nos termos do art. 38 do Decreto nº 7304/2021)

Rubens Bueno
Diretor-Presidente

Aprova a tarifa da 3ª Revisão Tarifária Periódica do saneamento básico, relativo à Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR.

O Conselho Diretor da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná - Agepar, no uso das atribuições legais que lhe conferem o Art. 2º, parágrafo 1º, inciso IX, alíneas “a” e “b”; o Art. 3º; o Art. 5º; o Art. 6º, incisos III, VIII, XIII e XXIII; e o Art. 7º, incisos XV e XVI, todos da Lei Complementar Estadual n.º 222/2020, e **considerando:**

- o disposto nos artigos 22, 23, 25, 29, 30, 31, e 39, da Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
- que é objetivo da atividade regulatória a definição de tarifas que permitam tanto a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da prestação eficiente dos serviços, como a modicidade tarifária aos usuários;
- que a revisão tarifária periódica objetiva à reavaliação das condições de mercado e a distribuição dos ganhos de produtividade com os usuários;
- que a revisão tarifária periódica é o instrumento regulatório adequado para se definir o nível de receita necessário para proporcionar equilíbrio econômico-financeiro ao prestador regulado;
- o contido no processo administrativo nº 21.992.510-7, que trata da 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativo à regulação tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, bem como os processos administrativos relacionados;
- o contido no processo administrativo nº 23.418.919-0, que trata da entrega do Laudo da Base de Remuneração Regulatória pela SANEPAR para compor a 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativo à regulação tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, bem como os processos administrativos relacionados;
- as Consultas Públicas nº 01, 04, 06 e 11 de 2024; os respectivos Relatórios Circunstanciados das contribuições recebidas, os Relatórios de Análise das Contribuições dessas Consultas Públicas, bem como, a Audiência Pública nº 01/2025 e respectivo Relatório de Análise das Contribuições e demais documentos disponibilizados no site da AGEPAR;
- a Nota Técnica DRE/CSB 06/2025 e respectivos anexos, que apresenta a versão final dos estudos para a 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário, relativo à regulação tarifária da Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR; e
- a deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR, conforme REUNIÃO N.º 06/2025 – ORDINÁRIA, realizada em 15 de abril de 2025.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a tarifa básica média da 3ª Revisão Tarifária Periódica dos serviços de saneamento básico de abastecimento de água e esgotamento sanitário da Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar, em R\$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico) faturado com vigência em 30 dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial do Estado do Paraná (art. 39, da Lei Federal nº 11.445/2007).

Parágrafo Único Para a manutenção da tarifa básica média de R\$ 6,83/m³ (seis reais e oitenta e três centavos por metro cúbico faturado) estabelecida no caput, as tabelas da estrutura tarifária vigente serão ampliadas em 3,7753% (três inteiros e sete mil setecentos e cinquenta e três décimos de milésimos por cento).

Art. 2º Aprovar a Tabela de Tarifas de Saneamento Básico, conforme Anexo Único desta Resolução, que deverá ser aplicada a partir de 17 de maio de 2025.

Parágrafo Único A alteração da estrutura tarifária prevista no art. 1º da Resolução 12/2023 (2ª Fase da 2ª RTP) será implementada após o término dos estudos do Grupo de Trabalho da Portaria 59/2023 (Grupo de Trabalho estrutura tarifária) e ainda durante o 3º ciclo tarifário (2025 a 2028), sendo que sua implementação deverá passar por nova deliberação do Conselho Diretor.

Art. 3º A tarifa do serviço de esgotamento sanitário será cobrada com base em percentual da tarifa de água, sendo de 85% sobre a fatura total de água no